



## INTRODUÇÃO

A escola contemporânea se constitui em meio às liberdades individuais que desde o século XVIII são exigidas com a construção dos direitos humanos de primeira geração. E os direitos políticos garantem a participação de todos na escola, oferecendo oportunidade e promovendo a igualdade e dignidade humana a todos, de serem seres pensantes, reflexivos, críticos com capacidades mentais, conforme afirma Morin (1985). O autor acrescenta que, por meio dessas transformações contemporâneas, a quantidade de informações, de tecnologia, no ponto de vista da educação progressista, enquadra-se como uma via para intervir no amanhã e na qualidade de vida da sociedade.

Desse modo, é nítido a importância da integração dos alunos nos projetos sociais das comunidades, que podem trazer grandes benefícios e retorno para a própria sociedade em questão. Com isso, surgiu o projeto “educação para vida”, a fim de implantar a cultura da paz nas escolas e de certo modo tem por objetivo mobilizar os alunos da importância de se ter uma educação pautada nos direitos humanos. Portanto, através desse trabalho, nosso objetivo será verificar a importância do projeto “educação para a vida” para a consolidação dos direitos humanos na escola.

## METODOLOGIA

O presente estudo tem o propósito de buscar informações por meio de uma pesquisa de campo de cunho qualitativa, utilizando a aplicação de um questionário semiestruturado para os responsáveis pelo projeto, supervisora e professora da instituição.

Assim iniciamos a pesquisa numa escola estadual do ensino médio no município de Ubá no estado de Minas Gerais e utilizamos o método da ferramenta Google Formulários disponível na plataforma online da Google, com 05 perguntas abertas e 05 perguntas fechadas aplicadas para supervisora e a professora que participaram do projeto no ano de 2019.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Atualmente a Escola Estadual Deputado Carlos Peixoto Filho, o Polivalente, é considerada a terceira maior escola do município de Ubá e conta com 1200 alunos da educação básica (ensino fundamental e médio) e funciona no período diurno (manhã e tarde) e noturno e é considerada uma escola que abriga uma grande diversidade social e principalmente racial.

professora responsável pelo projeto disponibilizou para a pesquisa em questão, o produto final do projeto que foram as blitz realizadas pelos alunos do ensino médio na região da escola que abordou sobre a cultura da paz.

Nessas blitz (num total de 3) foi distribuído para o público, adesivos produzidos pelos alunos sobre a cultura da paz, para despertar o interesse da população, os alunos desenvolveram durante vários dias no espaço de sala de aula cartazes sobre os direitos humanos e a cultura da paz e tolerância.

Imbernón (2001, p. 39), ao falar de prática docente, afirma que “o eixo fundamental do professor é o desenvolvimento da capacidade de refletir sobre a própria prática docente, com o objetivo de aprender a interpretar, compreender e refletir sobre a realidade social e a docência”.

De acordo com a especialista que auxiliou no projeto, “existe um grande número de alunos que já sofreu algum tipo de preconceito dentro e fora da escola e o projeto seria para os alunos trabalharem essa questão e perceberem que o preconceito é algo errado e devemos lutar contra essa prática”.

A especialista que acompanhou o projeto destacou em seu questionário que “no caso do ensino médio temos problemas sérios de preconceito racial, bullying, desrespeito entre os alunos e professores e até casos em que o aluno por não se encaixar nos grupos sociais da escola, se isola até certo ponto de entrarem em depressão, automutilamento, dentre outros problemas psicológicos e não contamos com o apoio devido dos pais e também das autoridades da área da saúde.(...)Nosso aluno necessita ser querido, amado e principalmente ele precisa ter protagonismo” Backes (2003) afirma sobre o grande desafio dos educadores: Parece-nos que este é o nosso grande desafio enquanto defensores de uma perspectiva intercultural.

Uma educação que seja contrária às discriminações, seja de que ordem for” Portanto, os docentes devem se tornar defensores dos direitos dessas crianças e adolescentes e inseri-los numa educação intercultural sempre pautada no respeito e no protagonismo juvenil.

Conforme citados no referencial teórico, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos prescreve: [...] fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos (as) trabalhadores (as) da educação para lidar criticamente com esses temas.

## CONCLUSÃO

Por fim, a conclusão desse estudo vai de encontro ao objetivo traçado, o que permite concluir a existência de um discurso promotor de desigualdade e discriminação presentes há muito tempo e que se deve “quebrar” essa persistência de exclusão e incentivar amplamente uma educação voltada para os direitos humanos. Conclui-se que direitos humanos e educação devem estar sempre ligados, dessa forma, o projeto educação para a vida, foi de suma importância para que os alunos conhecessem mais a fundo sobre seus direitos, colocando-os em prática e mostrando que são cidadãos e devem ter seus direitos assegurados.

## REFERÊNCIAS

- CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 118, p. 235-250, 2012.
- DUPRET, Leila. Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.), Campinas, v. 6, n. 1, p. 91-96, June 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572002000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572002000100013&lng=en&nrm=iso)>. acesso 11/05/ 2020.
- MORIN, Edgar. O problema epistemológico da complexidade. Lisboa: Europa-América, 1985.
- PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas**. Revista Estudos Feministas, v. 16, n. 3, p. 887-896, 2008.